

8. Uma abordagem pragmática para a intervenção do Estado*

A intervenção estatal é certamente um dos assuntos de economia e política mais intensamente debatidos neste século. Há duas razões para isso: uma factual e outra ideológica. Por razões factuais, a intervenção estatal na economia é relevante porque os governos, em todo o mundo, em países ricos ou pobres, em países capitalistas ou comunistas, estão permanentemente intervindo no mercado. Por razões ideológicas, porque os diversos graus de intervenção estatal são um critério básico para distinguir a direita da esquerda, o conservador do liberal, os economistas neoclássicos ou neoliberais dos progressistas ou keynesianos.

Há momentos em que a intervenção estatal limitada se torna uma prática relativamente aceitável. Foi o que certamente ocorreu nas décadas de 50 e 60, quando prevaleceu um consenso keynesiano. Em outros momentos o ataque conservador à intervenção do Estado torna-se dominante. Foi o que ocorreu nos últimos vinte anos. Enquanto no passado as falhas do mercado eram contrastadas com as possibilidades promissoras da política econômica e do planejamento, agora, um tipo inverso de raciocínio passou a ser a nova verdade da “nova direita”. As idéias desta nova direita neoliberal estão baseadas na teoria econômica e no mercado, distinguindo-se da “velha direita” que se apoiava em uma filosofia política baseada na tradição e na hierarquia (veja Bosanquet, 1983: 1).

Na macroeconomia o surgimento do monetarismo, nos anos 60, e da “nova escola clássica” baseada nas expectativas racionais, nos anos 70, são os sintomas mais claros dessa onda conservadora. Como pano de fundo da ascensão da nova direita no plano da macroeconomia temos o colapso do consenso keynesiano: de um lado o Estado havia-se tornado excessivamente grande e

* Trabalho apresentado ao XV Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Miami, dezembro de 1989. *Dados*, v.34, n.1, 1991.

ineficiente; de outro as políticas econômicas de caráter keynesiano, baseadas na suposição de insuficiência crônica de demanda, não conseguiam mais vencer as taxas crescentes de desemprego e de inflação. Na teoria do desenvolvimento econômico, o esgotamento da estratégia de industrialização baseada na teoria do “grande impulso” (*bigpush*), e portanto do modelo de industrialização substitutiva de importações dominante nos anos 50 e 60, originou, nos anos 70, uma teoria de crescimento orientado para o mercado e para as exportações, cujos princípios básicos eram, e continuam sendo, a privatização e a liberalização comercial. O fato de os países que adotaram a estratégia orientada para exportação, como Coréia e Formosa, terem-na combinado com políticas industriais agressivas, em vez de deixarem para o mercado o destino da economia, não tem impedido que os seguidores desse novo credo utilizem esses países como exemplos de suas idéias. Por fim, no campo da teoria econômica comparativa, o fracasso das economias estatistas, que não lograram manter, durante os anos 70 e 80, os elevados níveis de crescimento alcançados nos anos 50 e 60, serviu como um poderoso argumento ideológico a favor da teoria neoliberal. O lançamento da *perestroika* e da *glasnost* na União Soviética e o subsequente desmoronamento dos regimes comunistas na Europa Oriental foram apresentados como a demonstração empírica da validade das idéias neoliberais. A estratégia retórica do neoliberalismo consistiu em considerar a intervenção estatal limitada vigente nos países capitalistas da mesma maneira que o controle estatal quase total da economia que prevalecia nos países estatais.

Essa onda neoliberal, mais recentemente, começou a ser criticada. As insuficiências do monetarismo e das expectativas racionais estão se tornando evidentes. A avaliação da intervenção do Estado está novamente mudando entre os economistas. A idéia simplista de que “o mercado é bom, o governo, mau”, adotada pela nova direita, não pode ser sustentada em termos teóricos e práticos.

As mudanças de visão a respeito do mercado e da intervenção estatal estão diretamente relacionadas aos seus repetidos sucessos e fracassos. Enquanto a prática da intervenção estatal for bem sucedida, as teorias que admitem uma intervenção limitada estarão fortalecidas; assim que elas deixam de funcionar, ou por alguma razão se provem não ter bom êxito, as vozes conservadoras ou neoliberais se tornam mais fortes. Em outro trabalho (Bresser Pereira, 1988a), discuti o caráter cíclico e sempre mutável da intervenção do Estado. Neste trabalho, eu aplicarei a teoria ao caso brasileiro. E, tomando economistas asiáticos como ponto de referência, proporei uma abordagem mais prática ou dialética

sobre a intervenção do Estado em economias orientadas para o mercado.

As formas de intervenção do Estado

Contemporaneamente a intervenção estatal assumiu três formas, que correspondem aos três modelos históricos de desenvolvimento: (1) o Estado como o substituto do mercado na coordenação da economia (estatismo ou modelo soviético); (2) o Estado como um agente decisivo na promoção da acumulação de capital e do desenvolvimento tecnológico (o modelo histórico de industrialização japonês e alemão, adotado neste século em variados graus pela maioria dos países em desenvolvimento); (3) o Estado como agente da política macroeconômica, promotor do bem-estar, regulador microeconômico da ação das empresas sobre o mercado, estimulador via medidas fiscais e creditícias do crescimento tecnológico voltado para a competitividade internacional, e agente de barganha no comércio internacional em nome de seus respectivos países (atual modelo dos países da OECD). O primeiro modelo histórico de intervenção estatal foge do objetivo deste artigo. Discutirei a intervenção do Estado no Brasil, considerando que estamos tratando de um sistema econômico capitalista orientado para o mercado em transição do segundo para o terceiro modelo de intervenção.

Entendo que certo grau de intervenção do Estado é necessário para administrar os países capitalistas. Sem ela, o crescimento econômico e social sustentado será prejudicado. O mercado é em grande escala o melhor coordenador da economia; contudo, ele não é capaz de sozinho alocar recursos e garantir um crescimento satisfatório. Por outro lado, o mercado é uma instituição incapaz de garantir a distribuição da renda. Por isso podemos afirmar que a atitude neoliberal contra a intervenção estatal é essencialmente ideológica. Isso não quer dizer, entretanto, que essa posição está simplesmente incorreta. Ao contrário, essa visão conservadora é em muitos casos muito útil. Seu argumento de que a intervenção estatal, ao tentar corrigir as insuficiências da coordenação da economia pelo mercado, acaba provocando distorções ainda piores, não pode ser facilmente descartado.

Em termos práticos a intervenção do Estado em um determinado setor da economia tende a ser inicialmente eficaz, isto é, tende a corrigir as insuficiências coordenativas do mercado. Todavia, uma vez que os políticos, os funcionários e os empresários diretamente interessados na intervenção raramente concordam sobre quando deve cessar o processo de intervenção, este tende a se prolongar no tempo e acaba afinal sendo ineficiente. As

regulações se tornam casuísticas; a proteção a certas indústrias deixa de ser provisória, como deveria ser, e tende a se tornar permanente; os gastos estatais e as renúncias fiscais tendem a aumentar a uma taxa mais alta do que as receitas do Estado; o déficit e a dívida públicos crescem; a ameaça de uma crise fiscal se torna iminente.¹

Se a intervenção estatal não fosse necessária e eficiente em seus primeiros estágios, ela não ocorreria com tamanha frequência. É frequentemente possível explicarmos a intervenção estatal como o resultado irracional das pressões que determinados grupos de interesse exercem ao procurar algum tipo de proteção, mas as políticas governamentais resultantes são apenas um tipo de intervenção estatal. Mesmo se admitirmos, seguindo a sugestão de Mancur Olson (1975, 1982), que na produção de bens públicos as organizações que representam os grandes grupos são menos eficazes que as que representam os pequenos grupos de interesse, o fato é que a maioria das regulações estatais são orientadas antes para interesses gerais que para particulares ou setoriais. Esse é um claro avanço alcançado pelas democracias modernas que não deveria ser ignorado pelo pensamento conservador.

Dizer, em princípio, que a intervenção estatal é eficaz ou ineficaz não tem sentido. Ela pode ser eficiente ou ineficiente, necessária ou desnecessária, reduzida ou crescente, dependendo de cada situação específica. Em termos gerais, a intervenção do Estado será necessária e eficiente na fase inicial de seu ciclo, e excessiva e ineficiente em sua fase final. Nesse momento o Estado provavelmente já se terá tornado inchado e incapaz de agir devido a grupos de interesses externos ao Estado (*lobbying*) e internos (tecnoburocráticos), que o levam a ter problemas fiscais crescentes, senão a uma crise fiscal.

Os ciclos do Estado no Brasil

No caso do Brasil o caráter cíclico e mutável da intervenção estatal é bastante evidente. No período 1930-70, o Estado cumpriu o papel decisivo de promotor do crescimento econômico; nos anos 80, em função da crise fiscal, o Estado perdeu sua capacidade de promover o crescimento econômico, transformando-se num obstáculo básico a ele.²

Alguns economistas e cientistas políticos progressistas no Brasil, que antes apoiaram a intervenção com a finalidade de proteger a indústria local e permitir a criação e o desenvolvimento das empresas estatais nos setores onde os capitalistas privados eram incapazes ou relutantes em investir, hoje se colocam a favor

da liberalização comercial e da privatização. Isso não significa que eles se tornaram conservadores. Significa apenas que o Brasil está em uma fase diferente do ciclo de intervenção estatal — na qual é necessário reduzir, emagrecer e tornar mais eficiente a organização estatal a fim de superar a crise fiscal e criar condições para um novo estágio de desenvolvimento econômico. Nesse novo estágio o Estado terá uma função econômica diferente, mas necessariamente importante.

Entre 1930 e 1970, o modelo de intervenção estatal no Brasil sofreu constantemente mudança, mas foi eficiente na medida em que promoveu o desenvolvimento econômico. Os dados do crescimento do PIB nesse período demonstram claramente esse fato. Nos anos 30, o Estado introduz uma inicialmente bem-sucedida política industrial de substituição de importações. Nos anos 40 e 50, são estabelecidas empresas estatais em setores básicos da economia: aço, petróleo, energia elétrica e transporte.

Os anos 60 são um período de transição e ajustamento fiscal, mas as mudanças na política industrial são bastante limitadas. A inovação básica implementada então pela tecnoburocracia e pelo governo autoritário é uma política claramente orientada para as exportações. O objetivo é exportar bens manufaturados. Mas a proteção à indústria local, uma característica básica da industrialização substitutiva de importações, é mantida. O investimento estatal direto é retomado: nacionaliza-se a indústria de telefonia e completa-se a nacionalização da indústria de energia elétrica.

Os anos 70, por fim, trazem o “milagre” econômico (1968-78) e o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974-79). Esse plano se caracterizava pela promoção de uma nova onda de substituição de importações nos setores básicos da economia (aço, metais não-ferrosos, petróleo, petroquímicas) sob o controle direto das empresas estatais, e também pela decisão de promover intensamente a substituição de importações na maioria das indústrias privadas nacionais de bens de capital. Durante os anos 70 o Brasil contrai a sua imensa dívida externa e o Estado começa também a se endividar internamente.

Durante esses cinqüenta anos, podemos distinguir dois ciclos. O primeiro termina em meados dos anos 60, quando o governo militar, resultante do golpe militar de 1964, consegue superar a crise fiscal e a recessão que sucederam os excessos do Plano de Metas do Presidente Kubitschek. Entre 1964 e 1967, o Estado brasileiro foi submetido a um ajustamento macroeconômico fiscal e a reformas estruturais (sistema de indexação e reformas fiscal, financeira e no Sistema Financeiro da Habitação) que recuperaram a capacidade de o Estado promover poupança forçada e canalizá-la para investimentos estatais diretos ou para

investimentos privados subsidiados. O segundo ciclo ainda não está completo, uma vez que o país ainda não foi capaz de superar a crise fiscal e econômica dos anos 80.

O erro estratégico

A crise dos anos 80, definida pela estagnação da renda *per capita* e por taxas extraordinariamente altas de inflação³, é o resultado de uma série de erros cometidos pelo governo, particularmente no final dos anos 70, combinados com as mudanças adversas na economia internacional em 1979 (segundo choque do petróleo, choque dos juros e recessão nos Estados Unidos). Entre 1967 (ano que poderia ser escolhido como o primeiro ano do novo ciclo de expansão) e 1973, a intervenção estatal foi bem-sucedida na medida em que promoveu o crescimento econômico. Os erros começaram em 1974, e se tornaram muito sérios em 1979.

Em 1974, logo após o choque do petróleo de 1973, que fez com que a maioria dos países industrializados tivessem que se submeter a sérios processos de ajustamento, o governo brasileiro decidiu se empenhar num ambicioso programa de desenvolvimento econômico: o II PND. A decisão de crescer aproveitando-se da enorme oferta de empréstimos internacionais com taxas de juros muito baixas era compreensível, ainda que arriscada. Hoje parece claro que a decisão de usar esse dinheiro primeiramente para investimentos em indústrias substitutivas de importação e capital-intensivas foi um erro estratégico. Como foi um erro, também, manter uma excessiva proteção à indústria local já implantada. Aquele era o momento de usar os empréstimos para aumentar a competitividade internacional da indústria brasileira. Era o momento de se promover um modelo de crescimento orientado para exportação ao mesmo tempo que intensivo em tecnologia, enquanto se começava a liberalizar gradualmente o comércio exterior.

Nesse mesmo período a Coreia cometia exatamente os mesmos erros, contraindo empréstimos internacionais para investir em indústrias substitutivas de importação de insumos básicos (veja Koo e Nan, 1989). Mas, naquele mesmo momento, o governo coreano estava também voltado para as exportações e começava um processo de liberalização comercial que favoreceria seu modelo básico de industrialização orientada para exportação. E, em 1979, exatamente o ano em que o Brasil se engajava em um novo — e breve — “milagre” populista, o governo coreano foi capaz de corrigir sua política industrial enquanto promovia um rigoroso ajustamento fiscal, que, em 1980, provocou uma redução do PIB de 5%.

Depois das políticas populistas de 1979-80, os esforços no sentido de ajustar a economia, de 1981 e 1984 e de 1987 até hoje, foram inúteis. Suas únicas conseqüências foram reduzir a taxa de investimento e agravar a crise fiscal. Entre esses dois períodos, tivemos um novo ciclo de políticas populistas, começando em 1985 com a Nova República e terminando em 1986 com o fracasso do Plano Cruzado⁴.

Um modelo de intervenção superado

Uma profunda crise econômica semelhante à dos anos 80 é um claro sinal de que a velha estratégia de desenvolvimento econômico está esgotada. A crise fiscal é uma indicação de que o modelo de intervenção estatal no Brasil está também esgotado. Em outras palavras, se as crises são sempre sinais de enfermidade e uma oportunidade de mudança, é evidente, hoje, que a forma de intervenção estatal — que foi crucial para alcançarmos no Brasil um extraordinário nível de industrialização entre os anos 30 e 70 — deve agora ser completamente reformulada.

Esta crise é também um sinal de que, mais que o modelo de intervenção estatal, o modelo de sociedade no Brasil está esgotado. A sociedade brasileira se caracteriza por um elevado grau de concentração de renda. Enquanto o país se desenvolvia rapidamente, a concentração de renda não era o seu maior problema. Mas, uma vez que esse desenvolvimento cessou, ela se tornou uma das maiores responsáveis pelo contínuo e cada vez mais grave conflito social — um conflito que gera déficit público e aceleração da inflação.

As três estratégias básicas que o Estado brasileiro usou para promover a industrialização foram (1) proteção comercial, (2) subsídios orientados para a substituição de importações e para promoção de exportações, e (3) investimentos estatais diretos em serviços públicos e em indústrias de insumos básicos (eletricidade, petróleo, aço, comunicações, estradas de ferro). Como essas estratégias deixaram de promover o crescimento econômico, está se formando um crescente consenso no sentido de uma nova estratégia de desenvolvimento, que estaria baseada em três políticas fundamentais: (1) eliminação de subsídios e incentivos generalizados, (2) liberalização comercial e subsídios ao desenvolvimento tecnológico a fim de estimular a competitividade internacional, e (3) privatização, que, além de aumentar a eficiência na alocação de recursos, ajudaria a resolver a crise fiscal do Estado.⁵

Dado que o Brasil é um país de grande extensão, a liberalização comercial terá que ser necessariamente limitada em com-

paração com países menores, mas não há dúvidas de que um grau substancial de liberalização será um aspecto essencial a qualquer política industrial futura. As empresas estatais tiveram um papel decisivo na primeira fase de industrialização; agora, quando a eficiência se torna decisiva e quando o Estado necessita urgentemente de recursos financeiros para equilibrar suas contas, a privatização é uma solução natural. A eliminação de subsídios é essencial para podermos superar a crise fiscal, mas, uma vez alcançada a estabilização, será necessário definir uma nova política industrial orientada para exportação, que deverá estar apoiada em novos subsídios diretos e indiretos ao desenvolvimento tecnológico.

No Brasil no final dos anos 80 estava se formando um crescente consenso em torno da necessidade dessas reformas estruturais. Porém, elas não se materializavam. Por quê? É possível enumerar várias razões: a resistência dos empresários industriais, que têm medo de perder, de um lado, as renúncias, as isenções e os incentivos fiscais, e de outro a proteção tarifária e principalmente de controles administrativos da importação; a resistência dos burocratas e da velha esquerda nacionalista que insistem em defender as empresas estatais. Mas a razão fundamental, por que pouco ou quase nada foi conseguido nessa área, era a paralisia do governo Sarney em função da crise. O governo tentava estabelecer uma estratégia industrial e de desenvolvimento de longo prazo, fazia acordos com o Banco Mundial no sentido de novas reformas, mas os resultados eram claramente insatisfatórios. As reformas não eram concluídas e nem postas em prática porque uma das características básicas de uma crise econômica, e particularmente de uma crise fiscal, é a paralisia da política econômica.

As respostas estatistas e neoliberais à crise

A questão, agora, depois de quase dez anos de estagnação econômica e de altas taxas inflacionárias, é como sair da crise. O que nós estamos discutindo especificamente neste trabalho é o papel que a intervenção estatal representa na superação da crise e na retomada do crescimento.

Os neoliberais responderiam a essas duas questões de uma forma muito simples. Supera-se a crise através de um ajustamento fiscal. Para alcançá-lo é necessário privatizar as empresas estatais e desregular a economia, enxugando o aparelho estatal. O objetivo é um Estado mínimo, uma vez que “o Estado exerce um duplo papel: reforça a ordem constitucional e fornece bens públicos” (Buchanan, 1974: IX). Sendo eles conservadores e geral-

mente incapazes de distinguir o velho nacionalismo dos interesses nacionais, sua opinião é que a dívida externa deveria ser totalmente paga.⁶

A resposta dos estatistas, ou da velha esquerda, a esta pergunta seria completamente diferente. Eles afirmariam que, para superar a crise fiscal, é necessário aumentar os impostos e reformar a organização do Estado e as empresas estatais, eliminando ineficiências, combatendo a corrupção, mas não reduzindo o tamanho do aparelho estatal. Ao contrário, ele seria aumentado com o objetivo de retomar o crescimento e alcançar uma distribuição de renda menos desigual do que aquela existente no Brasil. A redução da dívida seria uma condição para o seu pagamento.

A estratégia pragmática e dialética

A resposta dos economistas pragmáticos e dialéticos seria também diferente. Por pragmáticos eu defino os economistas-tecnocratas que trabalham dentro das organizações estatais e definem atualmente a política econômica na maioria dos países. Eles não são economistas teóricos, nem economistas ideológicos.⁷ São economistas práticos, diretamente ligados ao governo.

Esses economistas-tecnocratas existem há muito tempo. No Brasil, entretanto, eles têm sido alvo de críticas desde os anos 70.⁸ Para se defender, eles tendem a se disfarçar, fazendo sua existência a mais discreta possível. Entretanto, em um seminário internacional em Tóquio, em julho de 1989⁹, no qual a maioria dos participantes eram economistas asiáticos membros de seus respectivos governos, e eles se autodefiniam, sem nenhum embaraço — ao contrário, eles pareciam orgulhosos de sua condição —, como “tecnocratas pragmáticos” em oposição aos economistas teóricos e ideológicos.¹⁰

É reconhecido o fato de que o papel do Estado no desenvolvimento dos países do Leste e Sudeste asiático, começando pelo Japão, e depois a Coreia, Formosa, Singapura, a Malásia, e, mais recentemente, a Tailândia e a Indonésia, foi e continua sendo muito importante.¹¹ Durante os anos 80, enquanto os países latino-americanos continuaram estagnados, os países do Leste e Sudeste asiático prosperaram rapidamente. Enquanto a renda *per capita* nessa década diminuiu de fato nos países latino-americanos, ela chega a crescer, anualmente, cerca de 4% naqueles países asiáticos.

Uma explicação para essa diferença no desempenho econômico é que os economistas pragmáticos asiáticos combinam uma rígida disciplina fiscal com um alto grau de intervenção estatal.

Mas, cuidadosamente, em seu discurso evitam se referir à intervenção estatal, exaltando mais que podem o caráter de suas economias “orientadas para o mercado”. Eles de fato acreditam numa economia orientada para o mercado, mas eles também acreditam, e praticam, uma contínua intervenção estatal. Um bom exemplo dessa atitude é expressada por Seiji Naya:

“Os NICs asiáticos permitem amplamente que o mercado funcione e adotam uma estratégia baseada no setor privado para o desenvolvimento econômico... Isto não significa que elas sejam economias do *laissez-faire*; de fato, os governos intervêm em grande escala... No Leste Asiático há um relacionamento hierárquico de maneira que o governo possa influenciar diretamente a conduta das empresas privadas para o benefício do bem público; ao mesmo tempo que espera-se que o mesmo Estado as assista e as proteja” (1989: 5 e 7).

Esse pragmatismo econômico oriental inclui um certo grau de dissimulação pragmática. A classe dominante capitalista quer ouvir que suas economias são orientadas para o mercado e eles confirmam isso. No Japão, por exemplo, economistas governamentais insistem que o papel do governo é geralmente muito pequeno. Somente depois de algum questionamento eles admitirão que o Estado japonês dispõe de grande soma de dinheiro para subsidiar o desenvolvimento tecnológico. Ainda que dissimulada, entretanto, essa atitude é dialética. Eles efetivamente acreditam nos benefícios de uma economia orientada para o mercado, ao mesmo tempo que eles sabem muito bem que o Estado continua a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento econômico e na distribuição de renda — distribuição de renda que, aliás, é muito menos desigual nos países do Leste Asiático que na América Latina.

A resposta que os economistas pragmáticos e dialéticos dariam para a superação da crise econômica brasileira é muito clara. No curto prazo, considerando-se que a crise econômica é essencialmente uma crise fiscal, eles pediriam disciplina fiscal, um ajustamento fiscal efetivo que eliminasse o déficit público. Entretanto, uma vez que a origem da crise fiscal é a crise da dívida externa e que é praticamente impossível eliminar o déficit público enquanto honrarmos todos os juros a ele relacionados, eles exigiriam a redução da dívida, que só seria alcançada pela combinação de negociações e medidas unilaterais. A médio prazo, eles privatizariam o maior número possível de empresas estatais e começariam um processo de liberalização comercial. Mas seu objetivo, oposto ao dos neoliberais, não seria o “Estado mínimo”,

mas reformar o Estado de maneira que este se torne novamente capaz de formular e implementar políticas econômicas efetivas.

A nova estratégia adotada pelos economistas pragmáticos não seria baseada no investimento estatal direto, muito menos na proteção às indústrias substitutivas de importações, mas, ao contrário, se apoiaria no desenvolvimento tecnológico voltado para a competitividade internacional. Por outro lado, eles promoveriam a distribuição de renda aumentando de maneira descentralizada os gastos com educação e saúde. Torna-se cada vez mais evidente que o alto grau de concentração de renda existente hoje no Brasil é um grande obstáculo ao crescimento econômico e à estabilidade dos preços, na medida em que alimenta permanentemente um alto grau de conflito distributivo.

Essa estratégia para a intervenção estatal e para a superação da crise econômica brasileira é ao mesmo tempo dialética e pragmática por duas razões: (1) porque apóia simultaneamente uma economia fortemente orientada para o mercado e uma intervenção estatal em áreas críticas que o mercado é incapaz de coordenar, e (2) porque reconhece o caráter cíclico da intervenção estatal. Algumas vezes, como no presente momento, é necessário reduzir o Estado e transformá-lo, a fim de que ele se torne mais efetivo (capaz de implementar políticas econômicas) e mais eficiente (capaz de implementar essas políticas a um custo baixo).

Em última análise seria recomendável antes a adoção de uma estratégia dialética que de uma estratégia pragmática para a intervenção estatal. Seria desejável a substituição do tom ideológico tanto dos economistas neoliberais quanto dos estatistas, por uma análise e uma política econômicas caracterizadas pela transparência das influências ideológicas. Uma estratégia dialética rejeita a dissimulação da intervenção estatal bem como a afirmação radical ou a negação radical dessa intervenção que domina respectivamente o discurso dos estatistas e dos neoliberais.

Referências bibliográficas

- BINDERT, C. B. (ed.), *Solving the global crisis*. New York, Harper & Row, 1974.
- BOSANQUET, N. *After the new right*. Londres, Heinemann.
- BRESSER PEREIRA, L.C. "O caráter cíclico da intervenção estatal". Trabalho apresentado ao seminário "Democratizing Economics", patrocinado pelo Wilson Center e pela Universidade de São Paulo. São Paulo, jul./1988. (1988a). *Revista de Economia Política*, v.9, n.3, jul./1989.
- . *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- . "A debtor's approach to the external debt" (1988). In Christine B. Bindert (1989).
- BUCHANAN, J. B. *The limits of liberty*. Chicago, The University of Chicago Press, 1974.

- EVANS, P. *The alliance of multinational, state and local capital in Brazil*. New Jersey, Princeton University Press, 1979.
- FUKUSHI, T. & KAGAMI, M. "Perspectives on the Pacific basin economy: a comparison of Asia and Latin America". Tóquio, Institute of Developing Economies. Anais do seminário com o mesmo título patrocinado pelo Institute of Developing Economies, Tóquio, jul./1989.
- KOO, B. & NAN, S. "Economic development in resource poor countries". Trabalho apresentado ao simpósio "The present and future of the Pacific basin economy: a comparison of Asia and Latin America", patrocinado pelo Institute of Developing Economies, Tóquio, jul./1989. In Fukushi & Kagami (1990).
- LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho ou fracasso*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, 1978.
- MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- NAYA, S. (1989) "Economic performance: NICs and beyond". Trabalho apresentado ao simpósio "The present and future of the Pacific basin economy: a comparison of Asia and Latin America", patrocinado pelo Institute of Developing Economies, Tóquio, jul./1989. In Fukushi & Kagami (1990).
- O'CONNOR, J. *The fiscal crisis of the State*. New York, St. Martin's Press, 1973.
- OLSON, M. A. *The logic of collective action — public goods and the theory of groups*. Massachusetts, Harvard University Press, 1975.
- . *The rise and decline of nations*. New Haven, Yale University Press, 1982.
- RANGEL, I. Posfácio da terceira edição de *A inflação Brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.
- REZENDE DA SILVA, F. *Avaliação do setor público na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- SACHS, J. "Trade and exchange rate policies in growth-oriented adjustment programs". National Bureau of Economic Research. Cambridge, MA, Working Paper n. 2226, abr./1987.
- . "Conflito social e políticas populistas na América Latina". Trabalho preparado para a conferência "Markets, institutions, and cooperation: labour relations and economic performances", Veneza, out./1988. *Revista de Economia Política*, v.10, n.1, jan./1990.
- SUZIGAN, W. "As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira". In *Aspectos da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- . "Estado e industrialização no Brasil" (1988). *Revista de Economia Política*, v.8, n.4, out./1989.

Notas

1. A análise clássica da tendência das economias capitalistas modernas a entrarem em crise fiscal foi feita por James O'Connor (1973).
2. A literatura a respeito da intervenção estatal no Brasil é muito extensa. Veja, por exemplo, Wilson Suzigan (1976, 1988), Luciano Martins (1985), Peter Evans (1979) e Fernando Rezende da Silva (1972).
3. Realizei duas extensas análises dessa crise: uma enfatiza seus aspectos fiscais e as origens externas da dívida (1988c), a outra procura construir um modelo macroeconômico para sair dela (1989).

4. Veja a análise de Jeffrey Sachs (1988) sobre a natureza populista do Plano Cruzado.
5. É importante salientar que Ignácio Rangel, um dos mais notáveis economistas brasileiros que ajudou a formular a estratégia de industrialização via proteção e investimento estatal direto, já havia se colocado a favor da privatização dos serviços públicos com o objetivo de promover os investimentos necessários nessa área desde que escreveu o Posfácio à terceira edição de *A Inflação Brasileira* (1978).
6. No Brasil, essa postura é bem representada pelas colunas semanais que os ex-ministros Roberto Campos e Delfim Netto escrevem em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, respectivamente.
7. É necessário lembrar que é muito difícil distinguir os economistas teóricos dos ideológicos.
8. Esse ataque à tecnoburocracia fez parte da longa transição para a democracia no Brasil. A aliança entre a burguesia e os tecnoburocratas civis e militares foi primeiramente desfeita em meados dos anos 70. Em meu livro *O colapso de uma aliança de classes* (1979) eu analisei esse processo político.
9. Simpósio "The present and the future of the Pacific basic economy: a comparison of Asia and Latin America", patrocinado pelo Institute of Developing Economies, Tóquio, 25 a 27 de julho de 1989. Seus anais, inclusive os debates, foram publicados por Fukushi e Kagami (1990).
10. Na verdade alguns deles eram também economistas teóricos muito competentes.
11. Sobre esse assunto veja, entre outros, Seiji Naya (1989).